ReGeo ISSN: 2177-3246

PRÁTICAS DA ESG COMO FERRAMENTA E DIMINUIÇÃO DE RISCO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

ESG PRACTICES AS A TOOL AND RISK REDUCTION IN CORPORATE SUSTAINABILITY

PRÁCTICAS ESG COMO HERRAMIENTA Y REDUCCIÓN DE RIESGOS EN LA SOSTENIBILIDAD CORPORATIVA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-175

Data de submissão: 24/09/2026 **Data de publicação:** 24/10/2026

Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Doutor
Instituição: Anhanguera UNIDERP
E-mail: ayronassuncao@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1689-4884
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4414397964210819

Rosemary Matias
Doutora
Instituição: Anhanguera UNIDERP
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0154-1015
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1087639614980543

Alessandro Marco Rosini
Doutor
Instituição: Anhanguera UNIDERP
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5150-8483
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5109240355917713

RESUMO

Num contexto atual, as grandes empresas tem tido uma maior responsabilidade sob os aspectos de desenvolvimento sutentáveis, levando em consideração o tripé: da prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social. Os fundamentos de Environment, Social and Governance (ESG), ou Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG), desafiam a sociedade e as companhias a se adequarem a novas práticas sustentáveis, a fim de minimizar impactos ambientais e sociais gerados por suas atividades. A metodologia utilizada foi a abordagem bibliográfica qualitativa sendo promissor trabalhar com o tema estudado. A pesquisa revela que a triplice da sustentabilidade ainda é um tema complexo, onde o capitalismo na busca de grandes lucros precisam se adequar, visando um futuro adequado para as proximas gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento. ESG. Sustentabilidade.

ABSTRACT

In a current context, large companies have had greater responsibility in terms of sustainable development, taking into account the tripod: economic prosperity, environmental quality and social justice. The fundamentals of Environment, Social and Governance (ESG), or Environmental, Social

and Corporate Governance (ASG), challenge society and companies to adapt to new sustainable practices in order to minimize environmental and social impacts generated by their activities. The methodology used was the qualitative bibliographic approach, being promising to work with the studied theme. The research reveals that the triple of sustainability is still a complex issue, where capitalism in search of big profits needs to adapt, aiming at a suitable future for the next generations.

Keywords: Development. ESG. Sustainability.

RESUMEN
En un contexto actual, las grandes empresas han tenido mayor responsabilidad en términos de desarrollo sostenible, considerando el trípode: prosperidad económica, calidad ambiental y justicia social. Los fundamentos de Environment, Social and Governance (ESG), o Gobernanza Ambiental, Social y Corporativa (ASG), desafían a la sociedad y a las empresas a adaptarse a nuevas prácticas sostenibles para minimizar los impactos ambientales y sociales generados por sus actividades. La metodología utilizada fue el enfoque bibliográfico cualitativo, siendo prometedor trabajar con el tema estudiado. La investigación revela que el triple de la sostenibilidad sigue siendo un tema complejo, donde el capitalismo en búsqueda de grandes ganancias necesita adaptarse, apuntando a un futuro adecuado para las próximas generaciones.

Palabras clave: Desarrollo. ESG. Sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade contemporânea vivendo num mundo globalizado insere-se constantemente o desenvolvimento de tecnologias e os meios de comunicação são frequentemente estimulados. Durante muito tempo o principal foco das grandes organizações, reconhecidas mundialmente, era a sua capacidade geradora de lucro. Empresas consideradas bem-sucedidas demonstravam seu sucesso, através dos resultados possitivos e tornavam-se cada vez mais atrativas para os investidores.

Neste contexto, busca-se entender e definir metas e indicadores que auxiliem a sociedade a ter clareza sobre ações e domínio sobre os caminhos a seguir nesta direção de desenvolvimento sustentável passou a ter relevância nos mercados, o que inclui também a área de investimentos financeiros. A ideia do uso de critérios de sustentabilidade no direcionamento de investimentos no mercado financeiro existe há décadas. Em 1990 surgiu o primeiro índice financeiro que considerava fatores de sustentabilidade.

As organizações, assim como o governo, possuem um papel fundamental na elaboração de estratégias e cumprimento de metas que visam beneficiar a sociedade como um todo, como por exemplo, o alcance das métricas definidas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Diversas reuniões vêm acontecendo em vários países do mundo, com o objetivo de orientar o setor empresarial, além de estimular a introdução de práticas de sustentabilidade em seus negócios.

As esferas organizacionais e administrativas atuam e são atuadas na/pela globalização inseridas na lógica do capitalismo, onde a criação e a acumulação do capital apresentam-se como o princípio sustentador que condiciona e gera as diretrizes necessárias para a sobrevivência da organização, em um mundo globalizado e voraz por mudanças.

Nas organizações tem se discutido muito amplamente o conceito do tripé da sustentabilidade ou em sua forma original "*Triple Bottom Line*", desenvolvido pelo sociólogo inglês John Elkington (2011), no qual são elencados os conceitos de prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social simultaneamente.

A importância dada a esse exercício de consciência cidadã está sendo atribuída e incorporada por pessoas no mundo inteiro, que acreditam e desejam um futuro melhor. E as organizações estão seguindo o mesmo raciocínio,debatendo e agregando o novo termo ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) ou ASG (Ambiente, Social e Governança Corporativa), como norte para as direções a serem trabalhadas e analisadas, isto é, pensando holisticamente.

O desenvolvimento sustentável não é algo simples de ser aplicado na sociedade atual nem é um estado permanente de harmonia, onde tudo ficará bem e sem problemas, e sim um processo de

transformação, que passa por alterações e mudanças constantes, pois envolvem os passos que devem ser seguidos para suprir as necessidades das gerações atuais, de tal maneira que não comprometa os anseios das gerações futuras.

Esse artigo procura contribuir ao analisar a ESG por meio de indicador de sustentabilidade, pois, apesar da aparente popularidade do tema, percebe-se que ainda há pouco consenso a respeito, não só do conceito ESG, mas de como fixar indicadores e metas sustentáveis que sejam passíveis de serem acompanhados, contribuindo para alcançar um ambiente e uma economia sustentável, seja do ponto de vista meio ambiente, social ou econômico.

1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os crescentes debates, sobre sustentabilidade, em âmbito mundial, têm colocado em pauta a responsabilidade das organizações no tocante ao futuro das próximas gerações. Com isso tiveram início muitos movimentos de preservação ambiental. Assim a partir de 1960 os países já começaram a pensar juntos nas questões ambientais (MAZZAROTO e BERTÉ, 2019).

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu, pela primeira vez, em 1972, na Conferência de Estocolmo, onde foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente), porém o marco inicial do conceito para o público ocorreu em 1987, com a apresentação do Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum” que buscava estabelecer uma relação harmônica entre homem e natureza (DIAS, 2017). O Relatório trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo”o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987). Com este novo documento surgiu a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, com sua divulgação em 1991, na Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre a Gestão do Meio Ambiente (WICEM II). Teve como objetivo conscientizar as organizações sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção do nosso meio ambiente (ORSI, 2017).

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. O desenvolvimento sustentável busca incorporar o tripé social-econômico-ambiental, “harmonizando rentabilidade financeira e crescimento econômico com justiça e bem-estar social, a conservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais” (BORGES *et al*., 2014, p. 2).

Instituto Ethos (2006, p. 78), durante conferência realizada em Chapel Hill, EUA, em 1999, também faz alusão ao conceito de desenvolvimento sustentável, quando menciona que a ele teriam sido adicionadas às questões econômicas e sociais, além da questão ambiental que já estava envolvida no conceito anterior, o que resulta na visão do *Triple Botton Line*. Diante das considerações acima, pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável evoluiu até que se chegasse à composição de três pilares: social, econômico e ambiental.

1.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E INDICADORES SUSTENTÁVEIS

O desenvolvimento sustentável ficou conhecido globalmente após divulgação do relatório Brundtland ou documento Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 por ocasião de uma deliberação da Assembleia Geral da ONU. Que definiu aumento sustentável como sendo "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991).

Tal conceito foi aplicado ao mundo dos negócios ficando conhecido como sustentabilidade empresarial ou corporativa, e pode ser entendido como o comprometimento com o progresso do bem-estar e justiça social, tanto dentro das operações internas das organizações como no contexto social mais amplo (CLIFTON e AMRAN, 2011).

A demanda por indicadores de sustentabilidade vem aumentando conforme ocorrem as reuniões com líderes governamentais para debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico (VEIGA, 2010), tendo como uma das questões debatidas, se os indicadores tradicionais da economia são suficientes para medir o crescimento econômico e seus efeitos no bem-estar social (NORDHAUS e TOBIN, 1972). Nos últimos anos, a consciência de que fatores como riscos ambientais, práticas sociais e questões de governança coorporativa afetam o valor da empresa no longo prazo vem aumentando (MATOS, 2020). A melhor maneira de se fazer isso é por meio do relatório anual de sustentabilidade. Esse relatório aponta diversos indicadores sociais, econômicos e ambientais referentes ao desempenho da empresa, além de ressaltar seus valores. Trata-se de um documento que melhora o envolvimento da organização com os stakeholders e oferece ao empreendedor uma visão geral de sua gestão, facilitando assim a autoavaliação de seu negócio. "Para uma multinacional, publicar um balanço de sustentabilidade é uma questão de sobrevivência. Isso porque quem legitima a sustentabilidade é o stakeholder" (SCHARF, 2004, p. 24).

Scharf ressalta três tipos de balanço socioambiental, utilizados no Brasil:

1. O balanço proposto pelo Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas é o mais antigo deles, que através de uma planilha apresenta detalhadamente os números relacionados à responsabilidade social da empresa.
2. O Guia de Elaboração de Relatórios e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial, elaborado pelo Instituto Ethos, utiliza a planilha do Ibase, porém apresenta de forma mais detalhada as ações e princípios desenvolvidos pela empresa. Ele apresenta indicadores sociais, econômicos e ambientais, onde se esclarece os objetivos em relação à produtividade, investimentos, bemestar da força de trabalho e seus direitos e impactos sobre o meio ambiente, como poluição, desmatamento entre outros.
3. GRI – Global Reporting Initiative, lançado em 1997, utilizado mundialmente, tem por objetivo tornar o balanço socioambiental cada vez mais popular e é um dos relatórios para se comparar o desempenho das empresas.

Para Roca e Searcy (2012) a sustentabilidade corporativa integra as necessidades de geração de valor aos stakeholders com a manutenção dos recursos ambientais e sociais. Na concepção de Vellani (2009), ao passo em que proporciona valor a seus acionistas, a empresa pode fornecer educação, cultura, lazer, justiça social à comunidade e proteção da diversidade e dos ecossistemas, além de zelar pela ética em suas transações tanto internas quanto externas.

Segundo Mahoney e Potter (2004), o *Triple Bottom Line*, ou Tripé da Sustentabilidade, como é conhecido no Brasil, é um termo usado para descrever uma estratégia de operacionalização do planejamento, monitoramento e medição do desenvolvimento sustentável. Além de abranger os valores, questões e processos que precisam ser abordados para minimizar os impactos negativos resultantes das ações empresariais.

O conceito do Triple Bottom Line foi proposto em 1994 pelo inglês Jhon Elkington, fundador da consultoria inglesa Sustainability e atualmente é considerado como base para os princípios que norteiam a sustentabilidade corporativa, mas até ser desenvolvido, a ligação entre sustentabilidade e empresas apresentou algumas fases (FIGLIOLI, 2012). O quadro 1 evidencia a evolução do conceito de sustentabilidade empresarial.

Quadro 1. Evolução da sustentabilidade empresarial

Anos 1950 e 1960	**Ignorância total** 1. Há pouco ou nenhum entendimento das empresas acerca de seus impactos socioambientais. O tema em si ainda é assunto marginal nos meios acadêmicos e políticos.
Anos 1970	**Adaptação resistente** 2. As empresas se opõem ao endurecimento da regulação sobre assuntos socioambientais, entendendo que são limites ao seu crescimento, mas buscam desenvolver capacidade para atender às novas obrigações de forma a manter a licença legal para operar.
Anos 1980	**Além da obrigação** 3. As empresas líderes começam a ver benefícios em ir além da legislação. Multinacionais estendem suas práticas socioambientais da matriz para países onde a legislação é mais leniente. As práticas de prevenção à poluição e ecoeficiência começam a gerar também ganhos econômicos.
Anos 1990	**Mudança de rumo** 4. A institucionalização das questões socioambientais, junto ao aprimoramento tecnológico, oferece novas oportunidades às empresas. Indicadores de sustentabilidade e certificações voluntárias se espalham, assim como práticas de diálogo com stakeholders, análise de ciclo de vida dos produtos e ecodesign.
Ano 2000 em diante	**Parcerias para um novo modelo de gestão** 5. O conceito de sustentabilidade corporativa se consolida como uma abordagem de gestão, fazendo com que inúmeras empresas mensurem seus impactos, inovem seus processos e produtos, dialoguem e prestem contas a seus stakeholders, bem como influenciem sua cadeia de valor na adoção da agenda.

Fonte: The Reference Compendium on Business and Sustainability (2004 apud BM&FBOVESPA, 2019).

1.3 ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND CORPORATE GORVERNNCE)

A sustentabilidade é vista na atualidade, como um fator primordial nas decisões dentro das organizações globalizadas. Environmental, Social and Governance (ESG), no Brasil conhecida como ASG, é um índice com base em impactos sustentáveis em três pilares. São eles: ambiental, social e governança corporativa. Tal índice visa demonstrar maior transparência para usuários internos e externos sobre as empresas que trabalham ou buscam investir nas bolsas de valores mundiais (Pacto Global Rede Brasil).

Partindo destas análises e o gasto que isso resulta para a humanidade, torna-se importante entender de maneira estruturada a visão de Elkington (2011), sobre o tripé da sustentabilidade. O primeiro pilar seria o econômico que já parte do princípio básico dentro da maioria das organizações, pois visa o capital e o lucro.

Logo depois, vem o pilar ambiental, talvez o mais importante nessa tríade, pois direciona a maioria das outras ações, tanto econômicas, quanto sociais. Segundo Elkington (2011, p. 83), "... O interesse sobre o pilar ecológico das empresas é como a capacidade de suporte da maioria dos ecossistemas varia em relação ao número e comportamento dos atores econômicos que operam neles ...". Ainda nesse campo, as pesquisas acerca da contabilidade ambiental ou os indicadores, responsabilidades e tendências são relativamente muito recentes no âmbito da história. Contudo, o pouco que existia está gerando o muito que está por vir, afinal ocorre uma crescente demanda por essa área, visto que seu crescimento atinge níveis espetaculares dentro de certas organizações. E o terceiro

pilar é o social que compõe e é uma parte fundamental desse tripé, diferente do que muitos envolvidos nessa questão pregam dizendo que assuntos e demandas culturais e sociais não possuem nenhuma forma de relação com o desenvolvimento sustentável.

Muitos investidores têm usado o ESG como um fator de tomada de decisões em seus investimentos, o chamado "Investimento Responsável" (GILLAN *et al*., 2010). De acordo com os autores várias empresas terceirizadas classificam as instituições pelo seu desempenho dentro das três áreas.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender e compreender o mundo globalizado é um pressuposto básico para que possa ser entendido a complexidade da sustentabilidade que está presente dentro e fora das organizações globalizadas contempla uma nova maneira de ver o mundo, e realizar ações para melhorias. O comportamento das pessoas que se envolvem e participam de atividades com o tema sustentável, em certa medida, é incorporado pelos novos valores que foram construídos e edificados por uma consciência coletiva que vem perpassando pelas pessoas, na época atual.

Considera-se que na medida com que as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa se alastram pelo planeta disseminando suas ideias e seus ideais, novos hábitos e novas condutas começam a ser introduzidos, atingindo todos os níveis. As organizações que adotarem nas suas estratégias de comunicação, ESG como norte para seu trabalho, consequentemente estarão em um outro patamar de visibilidade.

Portanto foram realizadas análises descritivas dos estágios da sustentabilidade, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), demonstra nível de práticas ambientais, sociais e de governança corporativa adotadas, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Os cinco estágios da sustentabilidade nas empresas

Estágio	Nome do Estágio	Definição
Primeiro Estágio	Pré-cumprimento legal	É o estágio no qual a empresa entende que apenas o lucro é sua obrigação, ignorando o tema sustentabilidade, colocando-se contra qualquer regulamentação alegando que teria custos adicionais.
Segundo Estágio	Cumprimento legal	A empresa é gerenciada obedecendo as legislações trabalhista, ambiental, de saúde e segurança. É limitada ao cumprimento legal, porém o faz com competência. As ações sociais e ambientais ainda são tratadas como custo e a sustentabilidade é algo sem importância.
Terceiro Estágio	Além do cumprimento legal	A empresa passa a ter uma postura pró-ativa, começa a perceber que pode minimizar custos por meio de iniciativas de eco eficiência e reconhece que investimentos socioambientais podem diminuir incertezas e riscos da operação, assim melhorando sua reputação e impactando positivamente no seu valor econômico. As inciativas de sustentabilidade passam a ser concentradas em departamentos especializados, em vez de institucionalizadas.
Quarto Estágio	Estratégia Integrada	A empresa redefine-se em termos de marca, integrando a sustentabilidade nas estratégias-chaves de negócio. Consegue agregar valor econômico por meio de iniciativas diferenciadas que beneficiam as partes interessadas. Sustentabilidade deixa de ser tratada como custo e risco e passa a ser tratada como investimento e oportunidade. Passam a ser desenvolvidos produtos e serviços mais limpos, com atenção ao ciclo de vida destes produtos e serviços e assim se beneficia de suas iniciativas sustentáveis.
Quinto Estágio	Propósito e paixão	A empresa adota práticas sustentáveis porque entende que faz sentindo contribuir para um mundo sustentável e não ao contrário. As iniciativas de sustentabilidade nem se quer chegam ao conselho de administração, mas emanam dele.

Fonte: elaborado com base em King (2007, p. 23).

Nesta análise King (2007, p. 23) afirma que existem cinco "... tipos" de empresas sustentáveis, o ápice ocorre no quinto, e último, estágio, nos quais a sustentabilidade torna-se o propósito e a paixão da empresa, as iniciativas de sustentabilidade nem se quer chegam ao conselho de administração, emanam dele ...", ou seja, o processo ocorre de forma natural.

A sustentabilidade precisa ser institucionalizada, mesmo que de forma intrínseca. Os valores social e ambiental serão enraizados na cultura organizacional e as atividades ocorrerão sem serem forçadas.

Analisando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil em apoio aos esforços da ONU após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá continuidade ao projeto iniciado em 2002 "com o compromisso de disponibilizar à sociedade um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais" (IBGE, 2015).

O IBGE segue as orientações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), adequando-se a realidade brasileira. Atualmente foram introduzidos novos objetivos "em sintonia com as questões contemporâneas sobre o tema" (ODS). Tais são os ODS atuais:

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Saúde e bem-estar
4. Educação e qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água potável e saneamento
7. Energia limpa e acessível
8. Trabalho decente e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Ação contra a mudança global do clima
14. Vida na água
15. Vida terrestre
16. Paz, justiça e instituições eficazes
17. Parcerias e meios de implementação

Conforme a classificação dos ESG nos ambientes, forma e tamanho de cada organização podemos enquadrar em suas atividades uma imagem de transparência, manutenção da confiança estabelecida com os seus usuários internos e externos visando uma sustentabilidade acelerada e concisa.

3 CONCLUSÃO

Este estudo investigou as possíveis relações das análises existente entre a ESG (Environmental, Social and Governance) através dos indicadores de sustentabilidade. Após o entendimento sobre a ASG que engloba as esferas ambiental, social e governança corporativa, trabalhadas nas organizações globalizadas de forma conjunta, concluiu-se que o processo de composição desta tríade não leva a fragmentação das partes, mas sim a percepção da complexidade que a envolve e as inter-relações que compõe ao aplicá-la às organizações contemporâneas.

No passado, o capitalismo buscava encontrar recursos que gerassem lucros e mão de obra barata, pois era a demanda da época e a visão organizacional do sistema. Agora na sociedade contemporânea globalizada, as mudanças ocorrem constantemente e afetam ambientes macros e

micros de forma dialética. O principal diferencial que deve ser apresentado nesse mundo da globalização encontra-se no conhecimento e na informação, na geração inovadora que a constitui. Segundo Brundtland, o desenvolvimento sustentável deve focar principalmente as futuras gerações, pois é de acordo como essa geração satisfaz suas necessidades, é que está acarretando problemas sociais, ambientais e econômicos para as futuras gerações.

Desse modo, conclui-se que o trabalho das organizações e o debate mundial acerca do papel das empresas em relação as questões de sustentabilidade são totalmente coerentes, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, no sentido de que tanto as próprias entidades, quanto a sociedade como um todo, são beneficiadas por esta relação.

Conclui-se que a ESG contribui na gestão sustentável, auxilia no desenvolvimento, transparência de melhores indicadores sustentável transmitindo práticas fidedignos.

REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. **Novo Valor**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http:/www.b3.com.br>. Acesso em: 31 de jul. 2022.

BORGES, C. NAJBERG, E.; TETE, M. F.; BORGES, M. M.; FREITAG, M. S. B.; LIMONGI, R.; FERREIRA. **Empreendedorismo sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2014. 216p.

BRUNDTLAND, G. H. Our common future—Call for action. **Environmental Conservation**, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 291-294, 1987. https://doi.org/10.1017/S0376892900016805.

CLIFTON, D.; AMRAN, A. The stakeholder approach: a sustainability perspective. **Journal of Business Ethics**, Berlin, v. 98, p. 121-136, 2011. https://doi.org/10.1007/s10551-010-0538-6.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 71p.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2017. 248p.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**.São Paulo: MAKRON Books Ltda, 2011. 488p.

FIGLIOLI, B. **Análise do índice brasileiro de sustentabilidade empresarial em uma perspectiva de retorno e risco: estudo de eventos da divulgação das carteiras teóricas no período de 2005 a 2010**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

GILLAN, S.; HARTZELL, J. C.; KOCH, A.; STARKS, L. T. **Firms' environmental, social and governance (ESG) choices, performance and managerial motivation**. Austin: Unpublished working paper, 2010. 44p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 352p.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração do Balanço Social**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/documents/20060821/guia_balanco_social_2006.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

KING, M. E. **Guia de sustentabilidade para as empresas**. 4ed. São Paulo: IBGC, 2007. 49p.

MAHONEY, M.; POTTER, J-L. Integrating health impact assessment into the triple bottom line concept. **Environmental Impact Assessment Review**, Amsterdam, v. 24, n. 2, p. 151-160, 2004. https://doi.org/10.1016/j.eiar.2003.10.005.

MATOS, P. **ESG and Responsible Institutional Investing Around the World: A Critical Review**. Charlottesville: Research Foundation Literature Review, 2020. 72p.

MAZZAROTO, A. A. V. S.; BERTÉ, R. **Gestão ambiental no mercado empresarial**. Curitiba: InterSaberes, 2019. 200p.

NORDHAUS, W. D.; TOBIN, J. **Is Economic Growth Obsolete**? New York: National Bureau of Economic Research, 1972. 80p.

ORSI, F. Progressive taxes for sustainability. **Nature**, London, v. 541, n. 7638, p. 464-464, 2017. https://doi.org/10.1038/541464e.

ROCA, L. C.; SEARCY, C. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, Amsterdam, v. 20, n. 1, p. 103-118, 2012. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.002.

SCHARF, R. **Manual de NegóciosSustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra, 2004. 176p.

VEIGA, J. E. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39–52, 2010. https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100006.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 25-43, 2009. https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000100003.